

## ARTIGOS – CIÊNCIA POLÍTICA

### O SENTIDO DA POLÍTICA COMO VOCAÇÃO EM MAX WEBER THE MEANING OF POLICY AS VOCATION IN MAX WEBER

Raimundo França<sup>10</sup>  
Simone Cabral Marinho dos Santos<sup>11</sup>

**RESUMO:** O mundo moderno, para Max Weber, desenvolveu-se no sentido de uma organização social cada vez mais racional e burocrática. Esse debate perpassa o surgimento do Estado Moderno e a emergência da burocracia, fenômenos centrais na obra weberiana. Weber, ao tratar do mundo político vocacionado presente na sociedade moderna, faz uma análise crítica da atividade política, na qual inclui a ideia de um homem de ação voltado para as questões práticas, bem como por motivações ideais/materiais. Trata-se da Política como vocação, enquanto uma esfera racionalizada. Nesse sentido, o artigo visa compreender, à luz dos ensinamentos de Weber, os elementos que configuram a Política como Vocação e a relação com o Estado Moderno que, segundo Weber, detém o legítimo monopólio do uso da força, da “violência” legítima.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política. Vocação. Estado Moderno.

**ABSTRACT:** The Modern State, for Max Weber, has developed towards an increasingly rational and bureaucratic social organization. This debate runs through the emergence of the Modern State and the emergence of bureaucracy, central phenomena in Weberian studies. Weber, when dealing with the political world that is present in modern society, traces a critical panorama of political activity, which includes the idea of a man of action focused on practical issues, as well as for ideal motivations. It is politics as a vocation, as a rationalized sphere. In this sense, we want, therefore, to understand, in the light of Weber's teachings, the elements that configure Politics as Vocation and the relationship with the Modern State that, according to Weber, holds the legitimacy monopoly use the Strong.

**KEYWORDS:** Policy. Vocation. Modern State.

---

<sup>10</sup> Cientista Político, bacharel em Direito, Doutor em Ciências Sociais (Estado, Governo e Sociedade) e Prof. Adjunto da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

<sup>11</sup> Professora do Departamento de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Ensino e Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)-Campus Pau dos Ferros.

## INTRODUÇÃO

O mundo moderno, para Max Weber, desenvolveu-se no sentido de uma organização social cada vez mais racional e burocrática, posto que a ciência se pôs a questionar os mitos e as divindades como formas de explicação do mundo e das coisas, singularizando o processo de *desencantamento do mundo*. Com a ciência, nos habituamos a ver a realidade social como um emaranhado de forças conflitantes, alheias às coisas sagradas, favorecendo a difusão de um espírito crítico e da objetividade diante dos fenômenos sociais.

Abster-se de qualquer juízo de “valor” sobre a realidade social é, portanto, o papel do cientista social, segundo Weber, porém, não lhe cabendo transformar o mundo. Essa discussão anuncia dois dos grandes temas tratados por Max Weber, nos clássicos: “A ciência como vocação” e “A política como vocação”. Resultados de conferências proferidas a estudantes universitários alemães no final da segunda década do século XX, o primeiro refere-se à postura do cientista social frente à reconstrução dos fatos considerados significativos, compreendidos conforme as exigências do método científico; o segundo traça um amplo panorama crítico da atividade política no mundo moderno, no qual se inclui a ideia de um homem de ação voltado para as questões práticas, impulsionadas por interesses alheios e conflitantes. Aliás, é o conceito de Ação segundo Weber (1997), mais especificamente de Ação Social que, dotada de sentido, permite ao cientista compreender os fatos.

Importa para os propósitos deste ensaio, registrar que não partimos de separação entre ciência e política, sob o equívoco de valorização de uma em detrimento da outra. Apenas, que nos limitamos, nesse texto, a tratar do mundo político vocacionado da sociedade moderna. Tal recorte justifica-se pelo debate que suscita o processo de desencantamento da esfera política. Esse debate perpassa o surgimento do Estado moderno e a emergência da burocracia, temas recorrentes na obra weberiana. Ao tratarmos de uma vocação política, enquanto esfera racionalizada, queremos compreender, à luz dos ensinamentos de Weber, os elementos que configuram a política como imposição de poder do Estado, sendo este, na acepção weberiana, *lócus* de legitimação e monopólio da violência, assim como lugar onde são travados os processos de realização da Política como Vocação: viver “para” ou viver “da” política. Nesse sentido, diz Weber no início de sua conferência: “Entenderemos por política apenas a direção do agrupamento político hoje denominado Estado ou influência que se exerce em tal sentido” (WEBER, 2007, p. 55).

## DESENVOLVIMENTO: PODER, DOMINAÇÃO E POLÍTICA

Max Weber considera o Estado uma estrutura que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da violência, em um determinado território. Foi

assim nos agrupamentos, a começar pelo clã, bem como no Estado Moderno. Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade reivindicada pelos que detêm o poder. Para Weber (1963), o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do 'direito' de usar a violência. Valendo-se da coerção, legitima-se como autoridade por meio do poder que exerce. Não obstante, esse poder que repousa sobre o Estado na concepção weberiana não ocorre gratuitamente, mas pela construção de formas específicas de legitimação, ou seja, através do que ele classificaria de legitimação racional, no caso do Estado Moderno, centrada na ordem burocrática, que representa esse ordenamento racional e, portanto, legítimo.

Sendo o Estado o detentor do poder soberano, para Weber (1993) a política é considerada como integrante da atividade humana em qualquer setor em que se encontre instituído o exercício do poder. A política é, por assim dizer, a participação no poder ou a luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado. Uma vez a política associada ao poder, deve-se considerar as relações de poder aliadas ao exercício do poder em situação estatal e não estatal. Assim, o poder é exercido antes do surgimento do Estado, dentro da estrutura do Estado e fora da participação direta do Estado.

Para Weber, o Estado é uma relação de dominação, uma vez que quem participa da política, o faz como meio de servir, seja a ideais, seja aos interesses egoístas, ou mesmo para desfrutar da sensação de prestígio. Mas essa condição de autoridade alegada pelos detentores do poder só existe porque é legitimada por quem cabe obedecer. Sendo assim, poder e dominação confundem-se? Ao contrário, embora esteja relacionado, o poder é definido como a probabilidade de um indivíduo impor sua vontade a outro, mesmo contra a resistência deste. Situa-se numa relação de desigualdade. A dominação, por outro lado, fundamenta-se na obediência reconhecida por aqueles que obedecem às ordens que lhes são dadas. Para passar do poder à dominação legítima, o Estado é a instância do monopólio da coerção.

Weber então se pergunta: Quando e por que os homens obedecem? Sobre que justificação íntima e sobre que meios exteriores repousam esse domínio? A resposta está nas três formas de dominação legítima: tradição, carisma e legalidade.

A dominação pela *tradição* é orientada pelo reconhecimento das crenças e tradições e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio tradicional exercido pelo patriarca ou pelo monarca.

O domínio *carismático* é exercido pela autoridade do *dom da graça* extraordinário e pessoal, motivada pelo heroísmo e pelas qualidades da liderança individual. No campo do sagrado, pelo profeta, no político, pelo governante, demagogo ou líder do partido político.

Por último, o domínio em virtude da validade do estatuto legal e das regras racionalmente criadas. É o domínio da *legalidade*, exercido pelo Estado e por todos os portadores do poder, que a ele se assemelham. Sua autoridade é baseada na legitimação burocrática, inerente às normas racionais do poder secularizado do Estado moderno.

Para Weber, essas concepções de legitimidade e suas justificações são de grande importância para a estrutura do domínio. Ainda que o Estado moderno caminhe, inexoravelmente, para uma sociedade racionalizada e burocratizada, cuja dominação seja baseada na legalidade, ela pode ser despótica ou liberal. Como ele afirmou: ela pode ser composta por “homens sem alma”. Sendo assim, esses tipos de dominação encontram-se e se combinam. Porém, interessa-nos, aqui, a dominação em virtude da dedicação dos que obedecem ao carisma exclusivamente pessoal do líder. Pois, segundo Weber, é a raiz de uma vocação em sua expressão mais elevada do agente político. Para Weber (1963), a vocação envolve dedicação a uma causa, motivada pela paixão e pelo trabalho exercido.

Cabe frisar que a tipologia utilizada, segundo Gohn (1997), em termos de formas de legitimação da dominação ocupa, na obra weberiana, apenas a condição de possibilidade de compreensão dos fenômenos, pois de fato seriam abstrações tipo-ideal da realidade.

## **O FAZER DA POLÍTICA UMA VOCAÇÃO**

Embora não seja nosso objetivo falar da “ciência como vocação”, é importante estabelecermos a diferença que esta tem em relação à “política como vocação”. Para Weber (2008), Ciência e Política são esferas que possuem elementos em comum: ambas são racionalizadas e autônomas, isto é, tanto o político como o cientista são homens que experimentam o aspecto trágico da vida ao eleger seu “Deus”, a sua profissão como uma missão.

O cientista, ao eleger a ciência como uma missão, estabelece um compromisso com a verdade empiricamente comprovada. A sua integridade advém quando cultiva a verdade como um “valor”. Isso não quer dizer que o cientista cria valores, apenas ele elege a verdade científica como valor pessoal. Por sua vez, ao contrário do cientista, o político é responsável pela elaboração de princípios-guia da ação. Ele age com base no conhecimento da realidade e da sua subjetividade, dependendo do tipo de Ação Social (com relação aos fins; aos valores; à afetividade ou à tradição) que orienta sua ação.

Portanto, o que as diferencia é o caráter de neutralidade e objetividade que acompanha a “vocação científica”, em oposição ao caráter ideológico e parcial (no sentido de tomar partido e de intervir politicamente) que acompanha o “político por vocação”. Porém, ainda que o papel do cientista seja diferente do papel do político, este se utiliza da ciência para conhecer a realidade.

A ciência é fundamental para a formação intelectual e desenvolvimento da personalidade do político, muito embora ocupe um lugar destacado no pensamento weberiano, posto que este procure, na medida do possível, manter distanciado o fazer científico do fazer político, esfera própria para o julgamento de valor. Não que Weber advogue a neutralidade no fazer científico, mas que o cientista deve procurar manter-se, o quanto pode, longe dos juízos de valores, para que estes não atrapalhem a compreensão do fenômeno estudado. Segundo o autor, “o político pode e deve assumir compromissos. Mas minha profissão é a de erudito, e o erudito não pode assumir compromissos e acobertar o ‘contrassenso’” (WEBER, citado por GERTZ, 1997, p.9).

Tratando-se do político vocacionado, representado pelo líder político, Weber (1963) define três qualidades: paixão, senso de responsabilidade e senso de proporções. A paixão significa a dedicação a uma causa, em outras palavras, fazer da política uma vocação. As outras duas, isto é, senso de *responsabilidade* e *proporção*, dão ao político a noção exata da guisa de sua missão, sendo importantes questões para a compreensão *orientada* do fazer político segundo a perspectiva weberiana.

Outro aspecto interessante de que trata Weber sobre a Política como Vocação dá-se quanto ao fato de que a política ocupa o espaço privilegiado por onde passam os acontecimentos, cuja ideia de valor é determinante na ação do político. Entretanto, Weber não vê problema nisso, pois entende a Política como *locus* do valor. De modo que sua análise não imputa à Política adjetivos que possam ser classificados como pejorativos. Pelo contrário, Weber reconhece que o Político pode viver “*da*” e viver “*para*” a política. A primeira ocorre quando a política é a fonte de sobrevivência do indivíduo; a segunda, quando o indivíduo se entrega à política independente do ganho financeiro.

A diferença entre ambos está no aspecto econômico. Isso não quer dizer que somente deverá ser político o que seja economicamente independente. “Viver da política” e “viver para a política” não são realidades contraditórias, vez que o político vocacionado não pode ser um mero interesseiro que justifica sua profissão a partir do ganho financeiro, do prestígio e do poder. Para os que fazem da política um benefício próprio, vaidade e gozo do poder, Weber diz:

Do súbito colapso interno dos representantes típicos dessa mentalidade, podemos ver a fraqueza e impotência íntimas que se escondem atrás desse gesto jactancioso, mas totalmente vazio. É um produto de uma atitude superficialmente *blasé* para com o significado da atitude da conduta humana [...] (WEBER, 1963, p. 140).

Mas o político vocacionado, para Weber, não é só motivado pela paixão. Ele é responsável pelos seus atos. O verdadeiro líder político responde

pelas suas ações, preocupa-se com as consequências previsíveis de seus atos. Sendo assim, o *senso de responsabilidade* é a segunda qualidade do político vocacionado. Por mais autêntica que seja a paixão, se não for constituída de *senso de responsabilidade*, o político não seria também um crítico da sua realidade. Mas a *responsabilidade* é precedida do *senso de proporção*, a terceira qualidade do político vocacionado. Essa qualidade determina um distanciamento das coisas e das pessoas, possibilitando ao político ter uma perspectiva do mundo em que atua. É qualidade que requer o equilíbrio entre a paixão e a razão, entre o jogo intelectual e controle das emoções.

Em certa medida, o *senso de proporção* e o *senso de responsabilidade* assemelham-se no que pertence ao fazer político, posto que seja preciso medir, ainda que hipoteticamente, as consequências de cada ação. Deste modo, a *proporção* parece-nos ser a base do conceito de *senso de responsabilidade* weberiano, seja esta medida pela razão, seja pela paixão.

Equilibrar essas três qualidades significa superar o inimigo interior do político: a vaidade. O instinto pelo poder é habitualmente normal quando este está a serviço da causa, e demasiadamente nocivo quando se torna “uma auto embriaguez puramente pessoal” (WEBER, 1963, p. 139). A sua irresponsabilidade faz com que busque o poder simplesmente por privilégio e *status*, cuja finalidade seja substantiva e não objetiva.

Sendo assim, para Weber, o político vocacionado é o homem que se dedica à política como objetivo de vida, que, como nenhum outro, sabe equilibrar convicção e sucesso (eficiência). Não é simplesmente um “político de princípios” ou um “político de resultados”, mas o que é capaz de sacrificar suas convicções, se assim o contexto exigir, como também, nos limites dos princípios, agir em razão da satisfação individual. Sua dominação repousa no poder que lhe é conferida pelo carisma, pela legalidade, ou mesmo pela tradição.

Ainda que o político deva servir a uma esfera racionalizada e pautada na impessoalidade, a dominação do líder político vocacionado, segundo Weber (1997), repousa no *carisma*. O caráter ideológico e parcial é uma característica que está presente, de fato, na figura do líder carismático. As dominações tradicional e burocrático-legal são também exercícios do poder político, mas podem ser, contudo, vivenciadas por líderes “sem vocação”. Na dominação carismática isso é impossível, porque o carisma é, por si só, uma particularidade do “político por vocação”. Em outras palavras, a “política como vocação” é a aptidão pessoal do líder para o exercício do poder. E isso é encontrado naturalmente na personalidade do líder carismático, não dependendo do “artificialismo das estruturas legais” (no caso do líder burocrático) ou de tradição (no caso do líder tradicional).

O poder do líder carismático é o único que Max Weber associa à ideia de vocação, por ele residir na pessoa do líder, tal como é a aptidão natural para a ciência, no caso do cientista por vocação. Os líderes carismáticos, apesar de terem aptidão ou vocação natural para o exercício da política, podem não desempenhar uma função propriamente dos políticos

profissionais, ou seja, podem estar fora das estruturas burocráticas do Estado, tal como foram, por exemplo, Mahatma Gandhi, na Índia, e Martin Luther King, nos Estados Unidos da América.

Finalmente, o agente político weberiano, tendo a política como vocação, "terá a certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer-se: 'apesar de tudo!' tem vocação para a política" (WEBER, 1963, p. 153).

Weber, em certa medida, acompanhando o primado do fazer político na esfera da perspectiva liberal, consegue inaugurar uma concepção do fazer político, na pessoa do agente político, fora da aceção condenatória da atividade política impressa na maioria das análises. Tal perspectiva abre espaço para um debate, diríamos, mais qualitativo da própria política, posto que parte da noção de relevância da Política na construção da própria sociedade, sem, no entanto, escapar do esquema sociológico proposto por ele, ou seja, da sociologia compreensiva.

Nesse aspecto, faz todo sentido relacionarmos a concepção de Política como vocação weberiana ao esquema teórico da Ação Social, para qual toda ação do indivíduo tem no seu ensejo um sentido subjetivo que o permite compreender a própria sociedade a partir dessas ações. Neste caso, seja pela Ideal/vocação, seja pela razão, a ação é norteadada pela motivação pessoal.

Por fim, Weber se aproxima de Maquiavel, quando este propõe a separação da moral política da moral religiosa, Weber promove uma espécie de desencantamento do conceito de "Vocação" política, da aceção majoritária utilizada na tradição religiosa. Além de, em certa medida, promover a importância da esfera política como foco de tensionamento do Estado, espaço privilegiado de disputa pelo Poder.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim como o Estado, o meio decisivo da política, para Weber, é a dominação, cujo exercício se dá pela coerção. Weber compreende a política como um evento que expressa, sustenta ou modifica relações de dominação estabelecidas, desejadas ou rejeitadas. O Estado moderno (legal-racional), em contraposição ao formato tradicional (aristocrático, feudal ou patrimonial), é uma das formas mais complexas de entrelaçamento societário e associação política.

Esse caráter da esfera política racionalizada e impessoal do Estado confere ao político a integridade diante do mundo moderno, marcado pela diversidade de valores, e legitima as estruturas e associações de agrupamentos políticos. Mas o tipo de dominação que prevalece para o líder político é o carisma, vez que este é uma particularidade do político de vocação.

No entanto, a paixão que caracteriza o líder carismático não pode ser motivada pelo interesse e satisfação individual, mas pela perspectiva de equilíbrio entre o possível e o desejável. O político de vocação “é um líder, e não apenas um líder, mas também um herói, num sentido muito sóbrio da palavra” (ARON, 1963, p. 153).

## REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. Max Weber. In: \_\_\_\_\_. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- COHN, Gabriel (Org.). **Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13).
- DIGGINS, Patrick John. **Max Weber, a política e o espírito da tragédia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DREIFUSS, René. **Política, poder, estado e força: uma leitura de Weber**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.
- GERTZ, René (org.). **Max Weber e Karl Marx**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- WEBER, Max. A política como vocação. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- \_\_\_\_\_. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2008.